

## Entre o “atraso” e o “progresso”: reflexões acerca da ocupação do Brasil Central

Vitale Joanoni Neto\*  
Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa\*\*

**Resumo:** A historiografia acerca da ocupação interiorana brasileira sofreu mudanças qualitativas entre o final do século XIX e XX. O foco inicial era a valorização da figura do bandeirante como o “desbravador dos sertões”, sustentado inicialmente nos estudos de Pedro Taques e Frei Gaspar, que influenciaram vasta produção historiográfica acerca da ocupação do território brasileiro, passando por uma produção mais conservadora que tomou conta do cenário historiográfico no início do século XX, culminando com uma produção acadêmica que pensa a ocupação e sua relação com a perda de espaço por uma parcela mais significativa da população, produzida nas últimas décadas do século XX e anos iniciais do XXI. Estes autores apontam os discursos presentes nos projetos de ocupação, nos quais a figura do bandeirante, no contexto dos quadros de ocupação financiados pelo Estado no período posterior ao ano de 1970, foi substituída pela figura do pioneiro, nota-se nesses novos olhares acerca da colonização que o discurso modernizante, traduziu-se em quadros de exclusão que tem trazido como resultado o descarte de pessoas.

**Palavras-chave:** Historiografia; Bandeirante; Pioneiro; Exclusão.

**Abstract:** The historiography of the occupation provincial Brazilian suffered qualitative changes between the late nineteenth and twentieth centuries. The

---

\* Professor doutor vinculado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

\*\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso

initial focus was the enhancement of the figure of the trailblazer as the “Pathfinder of the hinterlands,” initially sustained in studies of Peter Taques and Friar Gaspar, who influenced vast historical production about the occupation of Brazilian territory, through a more conservative production that takes account the historiographical scene in the early twentieth century, culminating with a production academic who thinks the occupation and its relationship to loss of space for a more significant portion of the population, produced in the last decades of the twentieth century and the early years of the XXI. These authors point discourses present in occupation projects, in which the figure of the pioneer in the context of the management of state-funded occupation in the period after the year 1970, was replaced by the figure of the pioneer, one notices about these new looks colonization that the modernizing discourse, resulted in paintings of exclusion that has brought as a result of the disposal of people.

**Keywords:** Historiography; Bandeirante; Pioneer; Exclusion.

### **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da produção historiográfica brasileira na passagem do século XIX para o XX, considerando inicialmente uma historiografia de cunho mais conservador, por este motivo não nos dedicamos às reflexões, por exemplo, contidas na obra de Sérgio Buarque de Holanda, por entender que a dinâmica do pensamento deste autor passa por caminhos diferentes dos apontados por Taunay, Oliveira Viana e Cassiano Ricardo. A historiografia do final do século XX apresenta uma visão bastante divergente dos autores inicialmente analisados, considerando que a pretensa ideia de progresso e desenvolvimento alardeado pelos veículos de propaganda do governo, constituíram-se em falácias cuja marca foi o descarte de pessoas resultante de um acesso a terra e a renda altamente excludentes..

A proposta é pensar acerca de certa produção historiográfica reflexões mediadas por leituras realizadas durante o curso “Política e Fronteira”, ministrado pelo professor doutor Vitale Joanoni

Neto (2012), na ocasião do cumprimento dos créditos do curso de "Doutorado em História" da Universidade Federal de Mato Grosso, no qual foram analisadas as diferentes fases da produção historiográfica brasileira entre o final do século XIX e XX, bem como as diferentes visões de fronteira ao longo desses dois períodos, além das formas variadas sob as quais se apresentaram as entradas, as bandeiras e as monções ao longo deste espaço temporal, a figura do Bandeirante e do Pioneiro foram usadas para justificar práticas econômicas e modelos de ocupação do território e as diferentes visões acerca dessas figuras foram objeto de estudos ao longo do curso, por meio da leitura de clássicos do pensamento brasileiro, passando pelas obras de Taunay, Oliveira Viana, Cassiano Ricardo. Outra possibilidade historiográfica para pensar a ocupação não indígena do território central do Brasil são os estudos dos anos de 1980 quando foi produzida a dissertação que daria origem ao livro "A Lenda do Ouro Verde" (GUIMARÃES NETO, 2002), culminando com produções dos últimos anos do século XX que fundamentam parte das reflexões contidas neste artigo, referimo-nos a produção dos professores Joaroni Neto (2007) e Barrozo (2008), tratando ainda de uma parte da produção dos anos iniciais do século XXI, tais como o livro "História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas" (2009), fruto do trabalho conjunto entre pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso e da Unisinos, que permitem visualizar a mudança no pensamento historiográfico acerca da temática.

### **Ocupação do território e construção da Fronteira Oeste brasileira na perspectiva dos discursos de modernização e progresso no final dos séculos XIX e XX**

As transformações que se verificaram no mundo ao longo do século XIX provocaram na concepção de Neves (2008, p.15)

uma “vertigem e aceleração do tempo”, que trazem em seu bojo a marca da modernidade, neste sentido, os argumentos presentes nos textos de parte significativa da literatura histórica tratando acerca da ocupação do Brasil interiorano fazem referência à necessidade de levar o progresso para as regiões de fronteira, diante disto, consideramos oportuna uma reflexão acerca dos conceitos de modernidade e progresso, buscando dar a entender a presença destes nas propagandas da ocupação e a falácia contida nestes discursos, e que é tratada nos estudos históricos referentes ao tema já no final do século XX.

No tocante ao termo modernismo, deve-se destacar que não é uma referência a semana de arte de 1922, sendo bastante anterior e tendo reflexões a seu respeito muito amplas e marcadas pela ideia de que a marca do mundo moderno é a transitoriedade e o consumismo. Para Arendt (2000) é este o espaço em que labor e trabalho se misturam em práticas consumistas, tratado em textos que têm a modernidade e seu decorrente, o mundo contemporâneo como objetos, dentre eles destacamos o livro “Tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986), estudo que permite refletir acerca da mentalidade vinculada ao pensamento de modernidade, que levou inclusive a mudanças dos espaços urbanos, o autor nos convida a pensar nossa condição de seres humanos herdeiros que somos, da tradição moderna.

O ideal de modernidade é contemporâneo, uma vez que a ideia de progresso ainda é uma marca importante da atualidade, momento caracterizado pelo movimento, no qual “tudo que é sólido desmancha no ar”, como na famosa frase histórica que ganha novos atributos no estudo de Berman. Ao analisar o Fausto de Goethe (1986, p.37-71), Berman nos conduz a compreensão de que o ser humano foi o criador do caos que o atormenta, fruto do intenso desenvolvimento que a tudo transmuta, modifica e reconstrói sobre novas bases, ao

mesmo tempo em que aflige o ser humano, pode se percebido como o fruto da criação humana.

O mundo contemporâneo tributário dos ideais de modernidade encontra-se marcado pela presença do movimento. Vivemos em constante sensação de aceleração, na qual:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p.15)

A discussão acerca das decorrências do mundo moderno é bastante profícua e permeia o debate empreendido por Arendt (2000, p. 148),

“(…) O perigo é que tal sociedade, deslumbrada ante a abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade – a futilidade de uma vida que ‘não se fixa nem se realiza em coisa alguma que seja permanente, que continue a existir após terminado o labor’.”

A falta de permanências perpassa estudos diversos sendo discutida por Bauman (2005), ao tratar da transitoriedade do mundo líquido moderno ou por Berman (1986, p. 328) que aponta as marcas que o símbolo da modernidade deixa na vida das pessoas considerando

que, “ser moderno (...) é experimentar a existência pessoal e social como um torvelinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação, angústia, ambiguidade e contradição: é ser parte de um universo em quietude que é sólido desmancha no ar.”

No tocante a produção historiográfica brasileira do período algo sintomático é que o erudito busca a compreensão dos espaços a partir da compreensão do comportamento da gente do sertão, o paradoxo é que a matriz do pensamento é europeia, as ideias vindas da Europa continuam sendo o lastro, mas esta influência é processada a partir de uma realidade que é tipicamente brasileira. Para os intelectuais do século XIX, brasilidade é o resultado de diferentes concepções, dentre elas a busca por entender esta passagem para o novo. Pensar uma nova brasilidade neste contexto passava pela necessidade de pensar o passado. A partir da necessidade de olhar para trás buscando explicações no passado resultam visões distintas de brasilidade e nacionalidade, neste contexto, foram formados grupos com tendências nacionalistas como “Grupo Verde Amarelo”, composto por Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Candido Motta Filho, “representa a vertente conservadora do modernismo paulista (VELLOSO, 2008, P. 374).” Na perspectiva desse grupo o bandeirante seria a tradução de um “símbolo da brasilidade” (VELLOSO, 2008, P. 375).”

O século XIX foi o momento inicial de uma historiografia brasileira, sob a influência deste ideal de brasilidade e nacionalidade. A título de exemplo, destacamos fragmento do discurso de Dom Aquino, na ocasião da instalação da Academia Matogrossense de Letra, em 07 de setembro de 1921, intitulada “A maneira de prefácio – o belo nas letras”, tratando da “importância” do bandeirante,

Esflorais, de leve, os capítulos da sua história. Desdobrai-lhe a primeira página, que exala ainda o perfume das crônicas primevas. Ouve-se a marcha triunfal dos conquistadores.

É o ciclo das bandeiras. É a cavalaria andante do sertão. É a sagrada Serra dos 94 Martírios, feita o São Graal dos rudes cavaleiros bandeirantes, que veem de longes terras em conquista de ouro e pedrarias (AQUINO, 1940, p. 31, apud PACHECO, 2008, p. 93-94).

Os argumentos apresentados ajudam a compreender que ideias são colocadas no cenário nacional e se cristalizam no imaginário das pessoas, constituindo uma espécie de senso comum, a tese de Abud (1985), ao perseguir a produção historiográfica que trata da figura do bandeirante ajuda a compreender a constituição desse mito, ao "estudar a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas e investigar os mecanismos e relações que levaram à constituição do bandeirante como o maior símbolo do homem do estado de São Paulo" (ABUD, 1985, p. 02). Para a autora o movimento bandeirista teve dois momentos marcantes, primeiro no século XVIII em que aparecem como tema na obra de historiadores do período, considerando que os primeiros documentos que tratam acerca do assunto foram os trabalhos de Frei Gaspar da Madre de Deus, cuja obra analisada pela autora foi "Memórias para a História da Capitania de São Vicente" e Pedro Taques de Almeida Paes Leme na obra "Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania." O segundo momento diz respeito às três primeiras décadas do século XX, considerado por Abud como "o período áureo da produção histórica sobre o bandeirantismo". Referindo-se aos autores dos dois momentos distintos acerca da historiografia bandeirante, Abud reforça,

"(...) aqueles dois historiadores iniciaram o processo de formação da imagem do bandeirante, que, mais tarde, reforçado pelos historiadores que vieram se tornou o símbolo da sociedade paulista. (...) Ellis Jr., Taunay, Paulo Prado, Alcântara Machado, entre outros (...) suas pesquisas aprofundaram o conhecimento sobre as bandeiras e sobre

os bandeirantes, que permitiu que se cristalizasse a imagem que Frei Gaspar e Pedro Taques tinham esboçado. (...)” (ABUD, 1985, p.05)

A exaltação da figura do bandeirante, no século XIX sofreu um arrefecimento proporcionado pela mudança dos quadros de nobiliarquia durante a formação do Estado Nacional, mostra de que a nobilitação mudou de acordo com as circunstâncias de cada tempo histórico. No contexto do século XIX, o bandeirante perdeu seu *status*, voltando ao cenário no período entre 1890 e 1930, sendo eleito como a figura representante do “arrojo, progresso e riqueza de São Paulo”, isso permitiu o retorno aos estudos de Pedro Taques e Frei Gaspar, pois o bandeirante “representava, de um lado a lealdade ao estado e de outro a lealdade à nação (...)” (ABUD, 1985, p.132).

A apropriação da figura do bandeirante ocorreu em momentos distintos da história brasileira, sendo que a produção historiográfica bandeirista, prima pela ideia de que a história de São Paulo é efetivamente a história do Brasil, neste sentido, a identidade nacional é o reflexo da identidade paulista, o que tem reflexos em produções historiográficas mais recentes, considera-se, por exemplo, o fato de que quando se trata de industrialização no Brasil, fala-se predominantemente na industrialização de São Paulo. A produção historiográfica do final do século XIX e primeiras décadas do XX reforçava a ideia do “abridor de caminhos e conquistador de riquezas”, no tocante a produção historiográfica acerca da temática Abud destaca,

“É muito grande o número de obras (...) que tiveram como tema o movimento bandeirista, mas que não tiveram papel importante na formação da imagem do sertanista, pois não fizeram mais que repetir aquilo que os autores que se dedicaram à pesquisas iniciais forjaram como a figura bandeirista. Consolidaram a imagem do abridor de caminhos e conquistadores de riquezas, do mameluco que



expandira as fronteiras e conquistaram um país, graças à sua valentia e poder de iniciativa." (ABUD, 1985, p. 180)

A obra de Pedro Taques e Frei Gaspar inspirou parte significativa desta produção, inclusive as pesquisas de Afonso de Taunay que resultou na obra, "História Geral das Bandeiras Paulistas", de caráter minucioso e descritivo, constitui-se em uma narrativa da ocupação bandeirante da região que corresponde ao estado de MT, bem como os primeiros anos da cidade de Cuiabá, preocupa-se em ressaltar que os primeiros povoadores da região foram bandeirantes, que se firmaram no território a partir de intensas lutas contra os grupos indígenas, a obra apresenta farta referência ao contato entre paulistas e grupos indígenas, além ressaltar o grau de dificuldades no processo de ocupação de Cuiabá.

Taunay descreve pormenorizadamente a importância das vias de navegação para a ocupação inicial do território pertencente ao atual estado de Mato Grosso, apontando as dificuldades com a navegação em rios com corredeiras e quedas de água que obrigava em muitos pontos do trajeto aos monçoeiros carregarem embarcação e carga nas costas para desviar dos obstáculos naturais, para o autor o movimento das monções foi o instrumento de ligação das transações comerciais, do fortalecimento das finanças, da circulação e gestão de dinheiro, apontando que as relações entre mineiros e comerciantes não eram harmônicas.

A característica descritiva e minuciosa da obra fica evidente ao nos depararmos ao longo do texto com o relato dos detalhes do percurso, dos conflitos com índios da região, além de dados pormenorizados acerca da navegação entre Ararituaba (Porto Feliz) e Cuiabá. As dificuldades relatadas por Taunay contribuem na construção da ideia de que o percurso só poderia ser realizado por homens fortes,

"A cada passo barram-no longas corredeiras, obstruem-no grandes saltos intransponíveis às embarcações como

os de Itu, Avanhandava e Itapura. Assim ao Sertão e aos mistérios do centro sul-americano – defendeu o Tietê com toda a energia das águas a cada passo escachoantes. Foi o adversário digno de ser vencido por aqueles que o dominaram.” (TAUNAY, 1975, p. 7. Tomo III)

A temática da ocupação ganhou novo sentido durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo após a instalação do Estado Novo. Em dissertação intitulada “O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo” (1972), Neide Esterci, examina a ação política de colonização e imigração através do caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, apontando que a colonização do país no período posterior a 1930 contou com a representação dos ideólogos do Estado Novo, este tipo de mensagem foi a tônica dos discursos de grupos que ocuparam as áreas onde houve expansão da fronteira agrícola. Ressalta-se os discursos de progresso e de desenvolvimento que conduziram a um processo de aceitação de que o “velho” seria substituído pelo “novo e dinâmico”, o programa “Marcha para Oeste”, lançado pelo governo federal em 1938, apresenta a movimentação em direção ao interior do país como constituindo o “verdadeiro sentido da brasilidade”, Esterci apresenta a orientação das migrações internas a partir do lançamento desse programa:

“deslocamento da população excedente do nordeste (...) para as zonas mais produtivas de São Paulo (...) também para os imensos vazios do oeste deveriam ser encaminhadas levas de imigrantes para explorar economicamente a região (...) a dotação de terras aos trabalhadores deslocados seria feita com o uso de terras devolutas e sob a orientação e localização da União. (ESTERCI, 1972, p. 39)

A referida campanha contou com a adesão de vários intelectuais dentre eles, o jurista, jornalista e escritor, poeta e detentor da cadeira 31 da Academia Brasileira de Letras, Cassiano Ricardo, em

sua obra "Marcha para Oeste: a influência da 'Bandeira' na formação social e política do Brasil" irá estabelecer uma releitura das bandeiras paulistas no século XVII para legitimar a política varguista de dominação, ocupação e integração do sertão brasileiro ao corpo da pátria. A obra aprofunda a necessidade da conquista de espaços do sertão vistos como um mundo difuso e desolado, ou seja, imensos "territórios vazios", habitados por mestiços e pobres vivendo sem leis, sem ordem e sem as facilidades do mundo "civilizado".

Ao tratar da necessidade imposta ao homem de adentrar o sertão, Ricardo afirma:

"Em seu impulso inicial prepondera a Geografia. Foi ela que empurrou o homem para a conquista. Foi o sertão que o chamou e o chamou de modo tão irresistível e tão sério que o bandeirante" não podia viver sem o sertão. (...) o sertão chamou o homem; a montanha empurrou-o terra adentro, dizendo-lhe "vá ver o que o sertão quer" e o rio algumas vezes conduziu nos ombros pra que ele fosse saber o que o sertão queria". (RICARDO, 1970, p. 65 – 67)

A propaganda da Marcha incentivava um retorno ao campo, alardeado pelo presidente Getúlio Vargas, que já em 1933 tratava a questão de forma a maravilhar qualquer segmento social, o fragmento a seguir foi retirado do jornal "A República", publicado no ano de 1931, o que indica que ao lançar o Programa "Marcha para Oeste" em 1938, o ideal de ocupação interiorana já havia sido disseminado,

Para alcançarmos tal benefício que nos está reservado, pois somos, em face do Velho Mundo gasto, Novo Mundo a explorar, precisamos de firmeza de direção, tranqüilidade e equilíbrio. Só assim se dirigirão a nossa terra, com sólidas garantias de estabilidade, os capitais indispensáveis à sua fartura e opulência, acelerando o nosso progresso e impulsionando o nosso desenvolvimento. A obra de reconstrução que se espera é de extensos horizontes. Na sua

amplitude e profundidade ela requer o esforço inteligente e contínuo de várias gerações. (A REPÚBLICA, 1931, p. 1)

A produção historiográfica de Cassiano Ricardo fazia coro ao discurso de Vargas, para reforçar a ideia de necessidade de ocupação do sertão, o bandeirante foi resgatado, na concepção de Ricardo o movimento bandeirante construiu o Brasil, ampliando a dando uma “nova geografia”, ampliando os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, a ação bandeirante é assim descrita por Cassiano Ricardo:

- a) primeiro os mitos do ouro e da prata, que fizeram Martim Afonso localizar-se em São Vicente;
- b) mas esses mitos estavam no sertão;
- c) mas o sertão estava atrás da grande serra e só podia ser conquistado pelo povo;
- d) mas o povo só podia conquistá-lo através de uma organização específica, que transformou a sociedade em bandeira;
- e) mas a bandeira tinha que varar mato;
- f) mas para varar mato era preciso abrir caminhos;
- g) e abrir caminhos era tomar posse da terra;
- h) e tomar posse da terra era construir o Brasil. (RICARDO, 1970, p. 77)

Na 4ª edição da obra o autor já apontava para um novo movimento de ocupação, afirmando que “todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante” (p.652), não foi por acaso a publicação deste livro no contexto de uma ditadura civil militar no Brasil, “Marcha para Oeste”, acabou se tornando- o texto que fundamentava do ponto de vista historiográfico a propaganda do Estado Novo. No período posterior a 1970 foi utilizado novamente

para subsidiar o projeto que tinha na colonização o papel de dar acabamento à formação do território nacional, a reedição deste livro deu outra positividade para a nação brasileira, a 17ª edição do livro de mesma autoria "Martin Cererê" (1989), contribui para reforçar a ideia de que a ocupação desses novos espaços seria desempenhada por uma "raça de gigantes", termo criado pelo botânico francês, Saint Hilaire e reafirmado por grande parte dos historiadores até Cassiano Ricardo que pensaram e escreveram acerca da ocupação do interior brasileiro, acerca da importância destes homens a poesia de Ricardo tem muito a dizer,

"As montanhas sentaram-se no caminho, enormes, tapando-lhes o horizonte: 'Absolutamente'. E vieram as léguas, enrolando-se nas botas dos gigantes. 'Por aqui vocês não entram.' E vieram os bugres, heróis empenachados, com os seus exércitos de arco e flecha e que eram os donos absolutos do país das palmeiras: 'Quem manda em nossas casas somos nós.' E vieram os monstros, as jiboiças da fábula, os tamanduás, as onças com sede de sangue humano; a fauna em peso, multicolor, trancando a entrada ao sertão mais ínvio do mundo: 'Vos comeremos vivos.' E vieram as tempestades, jogando-lhes cacôs brancos em relâmpagos na cabeça: 'Por aqui é que você não passa.' Tudo, porém, inutilmente, porque os gigantes haviam calçado as suas botas sete-léguas e levavam no coração duas forças terríveis: a ambição e o maravilhoso." (RICARDO, 1989, p. 05)

O regime ditatorial iniciado no Brasil em 1964 foi marcado pela parceria entre militares e sociedade civil, questão levantada pela professora Regina Beatriz Guimarães Neto em uma palestra durante o curso "Política e Fronteira" na qual afirmou a necessidade de "entender o período entre 1964 e 1985 não como um período de governos militares somente". Esta percepção fez parte dos estudos anteriores, como apontou em aula o professor Joaoni Neto, ressaltando que

“a ideia de um golpe civil militar esteve presente nas reflexões de Dreyfus, não ganhando adesão durante o período por estar ainda muito candente uma espécie de guerra pela memória, na qual fazia-se necessário reforçar a participação dos militares no golpe.”

A este respeito Oliveira (2006) em artigo publicado na Revista de Estudos Estratégicos, intitulado “René A. Dreyfus enquanto pesquisador de temas estratégicos” afirma que,

“Logo depois da anistia política de 1979, o ambiente nacional estimulava a emergência de estudos sobre as Forças Armadas e seus papéis no nosso país. (...). O risco de incompreensão não era desprezível em ambos os ambientes. A Universidade estava tomada pelo ressentimento, pela resistência ao autoritarismo e pela discriminação contra os militares em termos genéricos. E vigorava nas Forças Armadas um solene pé atrás com relação aos contatos com universitários, pelas razões inversas.” (OLIVEIRA, 2006, p. 06)

A ocupação do interior brasileiro foi largamente incentivada durante o período, criando-se estratégias que se traduziram em práticas políticas marcadas pelo ideal de um “Brasil grande”. Nos discursos do período a Amazônia aparece como não integrada ao território brasileiro, como estando desabitada, sua ocupação era uma questão de segurança nacional, em nome da qual o golpe foi dado, se a repressão foi uma face da doutrina de segurança nacional, a ocupação da Amazônia era a outra face, pois que garantia a preservação das fronteiras do país. No tocante a esta dinâmica da ocupação Barrozo afirma:

“O Governo Federal executou um plano de (re) ocupação dos ‘vazios demográficos’ do Centro-Oeste e da Amazônia, com o objetivo de garantir a ‘segurança nacional’, de ‘produzir para o mercado interno e externo’ e deslocar milhares de famílias de agricultores do Sul, para poder viabilizar a ‘modernização conservadora’ naquela região.” (BARROZO, 2008, p. 22)

O Estado assumiu um papel crucial na expansão de um modelo de organização do meio rural, possibilitando ou dificultando o acesso ao crédito, ao financiamento e a renda fundiária. A agricultura tornou-se uma atividade subordinada, cumprindo um papel fundamental na sociedade, uma vez que fornecia gêneros alimentícios e matéria-prima para os demais setores da economia através de mecanismos desiguais de troca.

Houve um tratamento diferenciado que permitiu o acesso restrito às terras caracterizadas pelo Governo Federal como compondo os "espaços vazios". Acerca disso, Barrozo (2008, p.11) argumenta:

*"Aos grandes empresários, o governo ofereceu crédito subsidiado, incentivos fiscais e apoio logístico. Para os agricultores pobres, ele acenou com a possibilidade de lotes em projetos de colonização e assentamentos rurais, em geral distantes das cidades, sem infra-estrutura, sem apoio técnico e financeiro."*

Além de políticas diferenciadas de acesso a terra, estudos acerca da ocupação do estado de Mato Grosso produzidos entre o final do século XX e início do XXI, apontam que houve irregularidades por parte dos órgãos governamentais:

*"Observando os dados referentes a essa ocupação, chama nossa atenção as transações de compra e venda de terras e a anuência do Governo Federal frente a tal quadro. O Departamento de Terras e Colonização (DCT), responsável pela emissão de títulos, fiscalização e demarcação dos lotes agrários, foi fechado pelo Governo do estado de Mato Grosso devido ao volume de fraudes, que chegava à falsificação de documentos e até mesmo com assinatura do governador."(JOANONI NETO, 2007, p. 24)*

O modelo produtivo adotado, a partir da tecnificação das atividades agrícolas, principalmente de exportação, criou um novo modelo de concentração da propriedade fundiária e da renda. O

sistema produtivo do restante da agricultura não apresentou mudanças técnicas significativas. Nesse contexto, os pequenos agricultores familiares não foram contemplados com o aumento da produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificultou o seu engajamento. As modificações implantadas no mundo rural brasileiro, nesse cenário movido por um tipo de cultura econômica, asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural.

A historiografia do século XIX, permite entender que a exaltação da figura do bandeirante cumpria uma necessidade imposta pelas políticas de ocupação daquele período, a exemplo do que ocorreu na segunda metade do século XX, a historiografia ao buscar na imagem do bandeirante a ideia do desbravador dos sertões que leva o progresso para as áreas mais remotas do país, cumpria o objetivo de subsidiar por meio do discurso histórico novas formas de ocupação deste interior, após 1970 o pioneiro assume o papel, que antes cabia ao bandeirante de “desbravar” este sertão.

A ocupação pós 1970 estimulada pelo Estado cumpria a função de definir os grupos sociais que teriam acesso a terra e os que, continuando sem acesso a terra teria que continuar “marchando” em direção a qualquer oeste que lhe oferecesse possibilidades de existência. Nesta perspectiva “a memória dos colonos, na sua *experiência única* da chegada, foi sendo pisoteada pela marcha do progresso. O sonho da *terra prometida* teve os seus fragmentos transpostos para um tempo indefinido, para algum canto de um tempo sem fim (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 163)

A mudança na estrutura produtiva do campo levou ao processo de modernização, resultante de todo um ideal de progresso que remonta ao final do século XIX. Nas áreas urbanas ocorreu um investimento massivo para alterar os espaços, foi o caso da cidade do Rio de Janeiro que passou por uma espécie de “reforma sanitária” que cumpria a função de imprimir



naquele espaço a marca do progresso. Essa visão modernizante dos espaços urbanos, começou a ganhar força no Brasil, no início do século XX quando ocorreram movimentos que levaram a modernização da cidade do Rio de Janeiro. A construção da cidade de Brasília já na segunda metade do século XX, mostra que houve permanência do ideal de progresso que ganharam novos contornos na ocupação do campo brasileiro. A intensidade desses movimentos modernizantes pode ser notada no estado de Mato Grosso, com a reconstrução da Igreja Matriz de Cuiabá, devido a necessidade vivida à época de substituir o "atrasado", representado pela antiga matriz, pelo "novo" do qual o formato arquitetônico da nova igreja era representação máxima. No livro "Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá", Borges (2005, p. 53), trata da demolição da antiga Igreja Matriz, apontando para o ideal modernizante que ganhava força na região.

O movimento de ocupação dos espaços centrais do país no período posterior a 1970 traz essa marca da modernidade, os discursos que permearam o movimento que conduziu pessoas a esses novos lugares parecem estar em sintonia com o ideal de modernidade, que se traduzia, portanto, numa necessidade de modernizar esses novos espaços, criando uma dicotomia entre "atrasado" e "moderno", discutida por Le Goff no livro "História e Memória".

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: 'antigo' pode ser substituído por 'tradicional' e moderno, por 'recente' ou 'novo' e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras. [...] (LE GOFF, 1996, p. 167)

O conceito de modernidade, aliado ao de progresso são a marca dos discursos hegemônicos que sustentam que a configuração das novas áreas de ocupação, cumpria a finalidade de levar estes espaços

a protagonizarem uma fase marcada pela presença do progresso, as reflexões de Koselleck (2006), sobretudo no livro “Passado Presente: contribuição à semântica dos tempos históricos”, contribui com esta reflexão ao apontar que “os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história.” (KOSELLECK, 2006, p. 268)

Acerca da historicidade do conceito de modernidade:

[...] o conceito de “modernidade” só veio a impor-se depois de decorridos cerca de quatro séculos do período que ele englobava. Lexicalmente só se implantou no último quartel do século XIX. Essa constatação surpreendente não deve provocar nossa admiração se constataremos a naturalidade com que o conceito é usado hoje nos estudos histórico-linguísticos que tratam do século XVI. Um período qualquer só pode ser reduzido a um denominador diacrônico comum, a um conceito que enfeixe estruturas comuns, depois de decorrido certo tempo.

Mas com o conceito de modernidade existe ainda uma circunstância especial. Pois não existe evidência linguística para que a expressão “época moderna” [*neueZeit*], ou mesmo “tempo moderno [*Neuzeit*], deva designar um período de tempo fixo, a não ser que seja lido à luz do que se chamou o fim da modernidade. (KOSELLECK, 2006, p. 269).

A partir deste ponto de vista, pode-se apreender que a utilização dos conceitos envolve interesses de quem tem o poder de hegemonizar, os discursos, portanto o ideal do novo não raras vezes está associado ao conceito de moderno. Para Koselleck (1992, p. 136) todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível, esses mesmos conceitos acabaram imbricados em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.

No tocante à temática deste artigo, ressalta-se que os ideais de modernidade alcançaram o campo brasileiro, produzindo um

discurso que fosse capaz de expressar uma demanda pela modernização sendo, ao mesmo tempo, o legitimador desse ideal. Ao tratar do projeto de colonização que deu origem a cidade de Alta Floresta, Guimarães Neto (2002, p. 152), alude à velocidade bem como algo planejado pelas colonizadoras. Ressalta-se que a modernização financiada e subsidiada pelo Estado não atingiu todos os segmentos sociais que se deslocaram para o campo:

(...) a maior parte dos colonos que chegaram com poucos recursos utilizavam instrumentos de trabalho rudimentares e não podiam contar com o menor conforto material. As discrepâncias entre o "novo" e o "velho" eram muito visíveis nessas cidades de colonização. O "rudimentar" e o "moderno", o artesanal e o industrial, o artificial e o natural, conviviam em um espaço muito próximo – indústrias e grandes projetos de exploração de minérios, grandes madeireiras – em atividades lado a lado com colonos, seringueiros, catadores de castanha, que exploravam as riquezas das áreas com instrumentos muito simples, tais como machado, facão, faca, foice, enxada, etc. (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 152)

O acesso às terras do território que pertence ao estado de Mato Grosso ocorreu em um contexto de "passagem das terras do domínio público para o domínio privado" como afirma MORENO (2007), marcado pela facilidade de acesso a grupos econômicos e políticos bem determinados, este acesso até 1822 se deu pela concessão de sesmarias, sendo que com a Lei de Terras de 1850, as terras que antes pertenciam ao Estado (devolutas) passaram a ser acessadas por meio de compra e venda, Martins considera que "o atual regime fundiário inaugurado com a Lei de Terras de 1850, com algumas poucas exceções, unificou os dois direitos, domínio e posse, para constituir o moderno regime de propriedade" (1998, p.666). Sendo que no Estado de Mato Grosso, reproduziu-se um modelo que caracterizou a

ocupação fundiária de todo o território nacional, “(...) ao invés de beneficiar os pequenos posseiros, garantindo-lhes a propriedade territorial com a democratização do solo, a lei produziu, ao contrário, enormes latifúndios, adjudicando a títulos gratuitos vastas extensões de terras a particulares.” (MORENO, 2007, p. 67).

A ocupação estimulada pelo Estado por meio de incentivos e concessões de terras foi marcada pela violência, “(...) violência do ‘branco’ contra o índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados.” (MARTINS, 1998, p. 669). As pesquisas que tomam a violência como foco, tem nas relações do campo brasileiro fértil campo de estudos, considerando que o acesso a propriedade no Brasil tem sido marcada por um histórico de exclusão que tem na violência marca significativa, sendo que o papel por ela exercido ao longo da história foi alvo de reflexões conduzidas por Hannah Arendt na obra “Sobre a Violência”, sustentadas na ideia de que a violência não é algo inerente aos seres humanos, ao contrário do que “a tendência à guerra tem demonstrado” (ARENDRT, 1994, p. 19)

### **Exclusão no acesso a terra no Brasil e o progresso que descarta pessoas**

O ideal de progresso esteve presente na formação de cidades decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola, resultado de políticas públicas que viabilizaram um processo de alteração das atividades agrícolas no período posterior ao ano de 1970.

Os espaços modificados pela ação do modelo de ocupação iniciado em 1970, mostram que em muitos casos “(...) a *modernização*, profundamente excludente, já chegou por aquelas paragens, ainda que não tenha sido convidada a entrar.” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 153). Há uma ideia geral de “marcha do progresso” nestas regiões. Marcha que

de acordo com o ideal subjacente ao discurso só foi possível graças a substituição do "atrasado" pelo "moderno". A concepção de progresso, portanto, parece exibir um modelo vencedor. Entretanto:

[...] esse modelo vencedor exibe fissuras e fratura; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assumpção de *progresso*; mas esse *progresso*, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. (DUPAS, 2006, p. 11)

Neste modelo, o trabalhador que não teve acesso à propriedade rural, mas se manteve no campo em trabalhos degradantes, tais como os realizados em canaviais, convive com o medo de perder o trabalho na lavoura que, constitui-se em fonte de sustento, temem por engrossarem o contingente de "vidas desperdiçadas", termo criado por Bauman que deu origem ao livro de mesmo nome e traz algumas reflexões acerca do projeto de modernidade que culminou em intensa produção de mercadorias que são facilmente descartáveis. Para Bauman (2005) o projeto de modernidade culminou em descarte de pessoas, criando seres humanos redundantes "(...) é o horrível espectro do descartável – da redundância, do abandono, da rejeição, da exclusão, do desgaste – que nos faz buscar a segurança num abraço humano." (p.161).

Aos trabalhadores empregados em atividades como o corte da cana, apresenta-se a realidade do medo de ser substituído pela máquina. Joanoni Neto & Castravechi (2009) tratam dos debates em torno da mecanização da lavoura canavieira argumentando que é uma falácia a afirmação de que a lei provocará o desemprego desses trabalhadores. Para os autores, "não será o cumprimento da lei que promoverá o desemprego desses trabalhadores, mas a própria dinâmica do desenvolvimento do capital levará à sua substituição

paulatina pela máquina.” (JOANONI NETO & CASTRAVECHI, 2009, p. 124). Este debate remonta à década de 1970, em estudo realizado no ano de 1978, intitulado “O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar”. Lopes ao estudar a realidade do trabalho nas usinas de álcool e açúcar já apontava situação análoga:

Cercados de todos os lados de trabalhadores rurais – eles próprios em situação de superpopulação relativa -, os quais potencialmente podem substituir parte da mão-de-obra industrial através de sua passagem pela trajetória social que leva à usina, os operários denotam, seja explicitamente ao nível do discurso, seja indiretamente através de sua prática cotidiana, de suas atitudes, o medo interiorizado do desemprego. Esse desemprego interiorizado está embutido em atitudes aparentemente contraditórias, como a atenuação do seu discurso sobre as más condições de trabalho para melhor ressaltar a insuficiência do salário, e, ainda mais, como a estranha preferência pela longa jornada de trabalho acompanhada da desconfiança por uma redução da jornada mesmo a salário igual. (LOPES, 1978, p. 156)

Esse período apontado por Lopes, posterior ao ano de 1975, sobretudo a partir da criação do Proálcool e, da expansão da lavoura canavieira, foi o momento em que, de acordo com Moraes Silva (1999), iniciou-se a produção de máquinas revolucionárias do processo técnico, conforme relata,

Empresas como a Dedini, baseando-se nos modelos australianos, produziram máquinas que cortam cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada e, ainda picam e depositam diretamente nos caminhões, substituindo as carregadeiras ou guincho mecânicos. (MORAES SILVA, 1999, p. 307)

O projeto de desenvolvimento encaminhado no Brasil, especialmente no campo, deveria trazer em seu bojo a pluriati-

vidade, considerada uma forma avançada de desenvolvimento rural, e decisiva na redução da pobreza nos países desenvolvidos, como apontado por Kageyama (2008), entretanto, essa não foi a rota seguida para a superação dos problemas enfrentados pelo desenvolvimento rural na maioria das regiões brasileiras onde as atividades não agrícolas vêm ampliando seu espaço no campo nas últimas décadas. Enquanto de um lado, a atividade agropecuária ainda ocupa a grande maioria da população rural brasileira (71% do total ocupado), de outro os empregos rurais não agrícolas são geralmente de baixa qualidade na maioria das regiões (KAGEYAMA, 2008, p. 197).

Acerca da presença no campo de um número cada vez maior de trabalhadores residentes nas cidades, Kageyama (2008) mostra que o "rural não-agrícola" e o "agrícola-urbano" (trabalhadores agrícolas com residência urbana) são possivelmente as novas categorias que deverão ser conceituadas e descritas para entender o desenvolvimento rural no Brasil.

(...) É verdade que tais categorias já existem há algum tempo – a explosão do fenômeno do bóia-fria residente nas periferias urbanas data das décadas de 1960 e 1970 – mas a novidade é a sua magnitude, passando a predominar, em algumas regiões, em relação às formas tradicionais do agrícola-rural e não-agrícola urbano. O aspecto marcante do rural não agrícola brasileiro, diversamente do que relata a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e precariedade das ocupações não agrícolas, (...). (KAGEYAMA, 2008, p. 212)

Além da situação de precariedade no trabalho apontado por Kageyama, há uma situação também perversa, a do desemprego, Moraes Silva (1999) relata que o desemprego manifesto, por meio da exclusão de milhares de trabalhadores, já vem ocorrendo desde o início da década de 1990. As consequências desse processo podem ser notadas na presença de peões-de-trecho, andarilhos e

homens alcoolizados, tanto nas cidades da região objeto de estudo de Moraes Silva, quanto em áreas de expansão da fronteira agrícola do território mato-grossense. Esses territórios, conceituados por Martins como frente de expansão constituem-se em:

“(...) lugar do estranho e do chegante, tem sido um cenário de encontro de pessoas sem identidade, muitas vezes sem nome e sem família (...) Milhares de homens, sobretudo jovens, têm chegado para trabalhar no desmatamento e na formação de novas pastagens. São os chamados peões, na maioria submetidos à escravidão por dívida. *Peão* (...) designa o homem sem eira nem beira, sem vínculo de família, abandonado, que se sente desobrigado de observar a moral e os bons costumes.” (MARTINS, 1998, p. 705)

Aos que ainda conseguem se manter na estrutura produtiva, muitas vezes são vítimas de flexibilização da força de trabalho. O trabalho no corte da cana é realizado por trabalhadores migrantes em geral, pessoas provenientes do nordeste brasileiro. Essa situação que deveria ser temporária acabou se tornando permanente por falta de alternativas de emprego em suas regiões de origem.

A precarização do trabalho dessas pessoas que vivem na tênue fronteira entre empregado e “descartável”, leva a colocarem seus corpos no limite da exaustão para que seja garantido um salário minimamente digno e ganhe aceitação dos proprietários de terras, Moraes Silva em “Errantes do Fim do Século” tratou da necessidade de produção diária imposta ao trabalhador que o caracteriza como “bom cortador de cana”:

[...] o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador. [...] os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados



são o aumento dos níveis de produtividade [...] a figura do "bom cortador de cana", aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. (MORAES SILVA, 1999, p. 202)

O corte mecanizado, de acordo com Mendonça (2006), acabou se tornando referência para a quantidade de cana cortada pelos trabalhadores, que subiu de 5 a 6 toneladas por dia paracada trabalhador, na década de 80, para 9 a 10 toneladas por dia, na década de 90. Hoje, há uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas, principalmente em regiões em que o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade.

A mecanização total das propriedades canavieiras não ocorreu ainda com maior intensidade, porque em muitos casos o terreno não é propício para o emprego da máquina, além disso, o corte feito pelo trabalhador permite uma quantidade de brotas maior que no corte mecanizado. Além disso, as colheitadeiras causam a compactação do solo e prejudicam a rebrotação de mudas. Segundo Mendonça:

A mecanização gera super exploração do trabalho porque cria novas exigências como o corte rente ao solo (para maior aproveitamento da concentração de sacarose) e a ponteira da cana bem aparada. Isso aumentou o esforço dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Com a mecanização do setor, foi transferido para os trabalhadores o corte da cana em condições mais difíceis, onde o terreno não é plano, o plantio é mais irregular e a cana é de pior qualidade. (MENDONÇA, 2006, p.15)

A itinerância desses trabalhadores pode ser percebida como fruto de uma construção histórica do Brasil que legou desemprego, exclusão, devolução de migrantes, transformação de trabalhadores em migrantes itinerantes, superexploração da força de trabalho e condições subumanas de moradia e habitação. A conclusão deste estudo abre espaço para outras interpretações acerca da vida e do mundo dessas pessoas, os caminhos que os conduziram, foram os descaminhos históricos da formação social do Brasil.

## Considerações Finais

A produção historiográfica do século XIX que tratava do movimento de ocupação em direção ao interior do país, teve nas obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme os precursores na defesa de que os homens que se dirigiam a estas regiões inóspitas eram os desbravadores do sertão, responsáveis por levar a terras distantes a marcha do progresso e da civilização.

A obra desses dois estudiosos da ação bandeirante teve lastro em estudos posteriores sendo que em momentos distintos da história do Brasil foi retomada para justificar a ação de políticas em prol de novas frentes de expansão que se dirigiam para o interior do Brasil, desta forma, em períodos diversos o discurso de exaltação da figura do bandeirante ganhou contornos e justificou práticas. No contexto da Revolução Constitucionalista de 1932 esta personagem foi usada para atribuir ao paulista o *status* de homem forte, portanto a “marcha do progresso e da civilização” que havia sido direcionada pelos paulistas ao longo do século XVII, poderia ser conduzida novamente por esta “Raça de Gigantes” – expressão amplamente utilizada pelos teóricos do movimento bandeirante até a obra de Cassiano Ricardo editada pela última vez no ano de 1970 - no contexto da Revolução de 1932.

Durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo após a inauguração do Estado Novo o discurso havia mudado, a defesa naquele momento era em torno do ideal de nação, neste contexto a obra de Cassiano Ricardo reforçava a necessidade de uma “Marcha para Oeste”, que deveria garantir a ocupação dos territórios entendidos pelo governo naquele período como compondo vastos “espaços vazios”.

Com a chegada ao poder dos militares, por meio de um golpe de estado ocorrido em 1964, o discurso em prol do “desbravador dos sertões” voltou com muita força, neste período o livro de Cassiano Ricardo foi novamente editado, pois justificava a necessidade de ocupação do restante do território brasileiro e fazia coro ao ideal dos

militares de construir "Brasil Grande", para tanto a integração da região amazônica era estratégia de extrema importância.

A obra de Cassiano Ricardo encerrou um modelo de produção historiográfica que seria repensada por estudiosos do período posterior a 1970, nos estudos de Guimarães Neto, Joanoni Neto, Barrozo, Moraes Silva e Martins, predominam a ideia de que a movimentação estimulada e financiada pelo Estado, privilegiou um grupo de pessoas que concentrou terra e renda enquanto a maioria dos homens e mulheres que se dirigiram para essas novas áreas de ocupação não tiveram acesso a terra e riqueza, constituindo-se em mão de obra barata e "descartável".

O discurso existente por trás da prática de ocupação do território brasileiro, especialmente a região central, que foi objeto de reflexões ao longo do curso "Política e Fronteira", bem como deste artigo, era marcado pela ideia de que as frentes de expansão -conceituação dada por Martins -, seriam as responsáveis por levar ao interior desenvolvimento, modernização e progresso. Entretanto, era um discurso falacioso visto que a marca maior desses processos de ocupação foi a miséria imposta a maioria da população que "marchou para Oeste", obrigados a desempenhar atividades degradantes.

### Referências

ABUD, Katia Mari. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições – a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, 1985. Tese de Doutorado.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.
- CASTRAVECHI, Luciene Aparecida & JOANONI NETO, Vitale. Da história da dominação sobre vidas prescindíveis: as muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XIX. In: HARRES, Marluza Marques & JOANONI NETO, Vitale (Orgs.). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- DUPAS, Gilberto. *O mito do Progresso: ou o progresso como ideologia*. São Paulo: editora Unesp, 2006.
- ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo*. Rio de Janeiro, 1972. Dissertação de Mestrado.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- HARRES, Marluza Marques & JOANONI NETO, Vitale (Orgs.). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (ET. Al.) 5. Ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003.
- LOPES, João Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. Ed; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador) & SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

MENDONÇA, Maria Luisa. A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no

Brasil. Caderno de Formação, N. 2. Recife-PE: Maxprint Editora e Gráfica Ltda, 2006.

MORAESSILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

MORENO, Gislaine. *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. 3.ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Elézer Rizzo. *René A. Dreyfuss enquanto pesquisador de temas estratégicos*. E – Premissa: Revista de Estudos Estratégicos. N. 1. Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.10.pdf>. Acessado em: 04/06/2012.

PACHECO, Ana Claudia Marques. *As Representações sobre o Bandeirante: heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade mato-grossense (1922-1946)*. Dissertação de Mestrado. Dourados – MS, 2008. Mimeo.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1970.

\_\_\_\_\_. *Martim Cererê*. 17.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. 3.ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.

TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. (3 vols.) 3. ed. São Paulo: melhoramentos, 1975.

### Fonte

O Discurso do Dr. Getúlio Vargas. *A República*. Campo Grande - MS, Ano I, n. 23, 1931, p.1.